



Dos usos das tecnologias ao fenômeno de Plataformização da Educação: uma perspectiva crítica de análise do trabalho docente

*From the use of technologies to the phenomenon of the Platformization of Education:
a critical perspective on the analysis of teaching work*

*De los usos de las tecnologías al fenómeno de la Plataformización de la Educación:
una perspectiva crítica de análisis del trabajo docente*

Raquel Pinheiro Matiola¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Rafael dos Santos²
Universidade Federal de Santa Catarina

Alaim Souza Neto³
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste estudo é apresentar um panorama, na concepção crítico-dialética, da plataformização no campo educacional e seus impactos para o trabalho em um viés mercadológico, afeito aos interesses do capital. A metodologia se baseia em estudo teórico-conceitual, de perspectiva crítico-dialética e de natureza bibliográfica, utilizando a revisão de literatura para coleta de dados e análise do fenômeno. Epistemologicamente, os conceitos e as referências estão organizados a partir dos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético. Dos resultados, tem-se que a plataformização se materializa sob a ideia de necessidade de desenvolvimento tecnológico e sua massificação como produto legitimado em políticas educacionais de inserção de tecnologias digitais. Constatata-se o agravamento da exploração do trabalho docente no cenário de plataformização, com a redução de autonomia intelectual e sobrecarga gerada pelo trabalho ininterrupto. Conclui-se que esse fenômeno está a serviço da mercantilização da educação, com a presença de grandes oligopólios como mecanismo de dominação e controle.

Palavras-chave: Educação; Plataformização; Tecnologias Digitais; Trabalho docente.

Abstract: The objective of this study is to present an overview, from a critical-dialectical perspective, of the process of platformisation in the educational field and its impacts on labour within a market-oriented framework aligned with the interests of capital. The methodology is based on a theoretical-conceptual study of a critical-dialectical nature and bibliographical orientation, employing a literature review for data collection and analysis of the phenomenon. Epistemologically, the concepts and references are organized according to the principles of Historical-Dialectical Materialism. The findings indicate that platformization materializes under the premise of technological development as a necessity, with its massification legitimized as an educational policy aimed at the integration of digital technologies. It is observed that platformization intensifies the exploitation of teachers' labor, reducing intellectual autonomy and producing overload through uninterrupted work demands. The study concludes that this

¹Doutoranda em Educação. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: matiolaraquele@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1443194476805608>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6295-2953>.

²Doutorando em Educação. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: rafael.santos.r@posgrad.ufsc.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0579947826319754>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5338-922X>.

³Doutor em Educação. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: alaim.souza@ufsc.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6523042315588659>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5565-1367>.



phenomenon operates in service of the commodification of education, sustained by large oligopolies as mechanisms of domination and control.

Keywords: Education; Platformisation; Digital Technologies; Teaching work.

Resumen: El objetivo de este estudio es presentar un panorama, en la concepción dialéctico-crítica, de la plataformización en el campo educativo y sus implicaciones para el trabajo en un sesgo mercadológico, habituado a los intereses del capital. La metodología se fundamenta en un estudio teórico-conceptual, de perspectiva crítico-dialéctica y de carácter bibliográfico, utilizando la revisión de literatura para la recolección de datos y el análisis del fenómeno. Epistemológicamente, los conceptos y las referencias se organizan a partir de los supuestos del Materialismo Histórico-Dialéctico. Los resultados muestran que la plataformización se materializa bajo la idea de necesidad del desarrollo tecnológico y su masificación como producto legitimado en políticas educativas de inserción de tecnologías digitales. Se constata el agravamiento de la explotación del trabajo docente en el escenario de plataformización, con la reducción de la autonomía intelectual y la sobrecarga derivada del trabajo ininterrumpido. Se concluye que este fenómeno está al servicio de la mercantilización de la educación, con la presencia de grandes oligopolios como mecanismo de dominación y control.

Palabras clave: Educación; Plataformización; Tecnologías Digitales; Trabajo docente.

Recebido em: 27 de julho de 2025

Aceito em: 13 de outubro de 2025

Introdução

O fenômeno da plataformização no campo educacional teve seu advento na década de 1990, na conjuntura da implementação de políticas neoliberais e, mais tarde, da profusão da internet. No contexto contemporâneo, de capitalismo tardio, a plataformização oculta o movimento de expansão e dominação das *BigTechs*, grandes corporações de tecnologias que, por meio de suas plataformas, têm acesso a um grande número de dados, utilizados para subsidiar os novos modelos de financeirização da educação. Nesse cenário, o campo educacional, como uma fatia da sociedade mercantilizada, também despertou o interesse das grandes corporações, que avançam em seus negócios sobre o setor. No campo educacional, com um discurso fetichizado e reificado, as plataformas são comercializadas como instrumentos portadores de facilidades, inovações e modernizações, enfim, atualizações do trabalho e atividade dos professores e estudantes, mas nunca como mecanismos de controle e vigilância de processos educacionais, como de fato o são. Nessa senda, as plataformas exsurgem como artefatos tecnológicos do processo de digitalização social, mas sem desvelar as contradições e os impactos que exercem sobre a educação, em especial sobre o trabalho docente.⁴

⁴ Entende-se aqui trabalho docente como trabalho não material. Como resultado do trabalho educativo, tem-se um saber que emerge do processo de aprendizagem, fruto do trabalho educativo (Saviani, 2021).



Durante a pandemia de Covid-19, a necessidade de isolamento social e o impedimento das aulas presenciais abriram uma “janela de oportunidades” para as empresas tecnológicas, ocasionando assim o avanço das *BigTechs* e *EdTechs*, que adentraram com ainda mais força comercial e política no cenário educacional (Souza; Evangelista, 2020). Em meio à aparência celebratória e ao solucionismo exagerado, baseado na ideia de panaceia dos problemas educacionais por parte das tecnologias, materializam-se novas formas de controle, vigilância, exploração e expropriação de direitos da classe trabalhadora. Sem dúvida, a pandemia de Covid-19, mais do que janela de oportunidades, agravou o contexto das desigualdades e injustiças sociais, mas, no campo educacional, precarizou acentuadamente o trabalho docente. Ademais, causou grandes impactos e perdas no que se refere à aprendizagem dos estudantes. Para além dos espaços educacionais, a precarização do trabalho e o aumento da informalidade também se fazem sentir sobre a sociedade em geral, haja vista o número recorde de trabalhadores sem carteira assinada em 2022.

Em vista do exposto, tendo por princípios a inexistência da neutralidade das tecnologias e sua posição tecnocêntrica na sociedade, pretendemos abordar, afeitos à crítica dialética, as contradições presentes no uso das tecnologias digitais, inclusive no que diz respeito às plataformas digitais, superando quaisquer posições extremadas, mas sem deixar de expor seus interesses no campo educacional. Desse contexto emerge a questão central do presente estudo: quais as contradições inerentes ao fenômeno de plataformação no âmbito educacional e as suas implicações para o trabalho e a atividade docentes? Essa pergunta conduz nosso trabalho, o qual tem por objetivo apresentar um panorama, na concepção crítico-dialética, da plataformação no campo educacional e seus impactos para o trabalho em um viés mercadológico, afeito aos interesses do capital.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa está ancorada em um estudo teórico-conceitual do tipo bibliográfico, utilizando a revisão de literatura para coleta de dados e análise do fenômeno de plataformação na educação. Essa revisão constituiu o núcleo teórico do estudo, sendo realizada com base em uma perspectiva crítico-dialética a partir dos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a constituição do corpus bibliográfico considerou produções científicas que abordam o uso das tecnologias, com ênfase nas análises sobre a plataformação e seus desdobramentos no campo educacional. Foram priorizadas produções que articulam criticamente a incorporação das plataformas digitais às dinâmicas



do capitalismo contemporâneo, à reconfiguração do trabalho docente e à lógica mercadológica que permeia o campo educacional. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas e consolidadas pela área da Educação, tais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), de modo a reunir produções nacionais e em língua portuguesa que possam substancialmente contribuir para a construção do panorama. O recorte temporal compreendeu publicações entre 2010 e 2025, período em que se intensificam as discussões sobre a plataformização e a incorporação das tecnologias digitais no campo educacional.

Como critérios de seleção, adotou-se: a relevância teórico-metodológica das produções para o debate sobre a relação Tecnologias e Educação; a vinculação com perspectivas críticas e dialéticas; e a atualidade e pertinência epistemológica das produções para a compreensão do fenômeno de plataformização na educação em sua totalidade. Foram excluídas as produções de caráter meramente descritivas sobre a incorporação das tecnologias no campo educacional, ou ainda as produções que deliberadamente tratam apenas do seu viés instrumental, sem problematizar suas determinações históricas, sociais e econômicas. Excluiu-se também aquelas produções que se limitam à análise empírica de desempenho tecnológico sem estabelecer diálogo com perspectivas críticas sobre o trabalho docente e a mercantilização da educação.

Este estudo corrobora com pesquisas que abordam a relação entre Educação e Tecnologias ao problematizar o uso das plataformas no campo educacional, evidenciando as contradições presentes nesse fenômeno contemporâneo. Com esse propósito, o texto foi estruturado em duas partes: a primeira aborda a plataformização de maneira mais ampla na educação, contextualizando o fenômeno, e a segunda enfatiza o trabalho docente e os impactos causados pela inserção dos artefatos tecnológicos na educação.

Dos usos das tecnologias à plataformização da educação

As transformações sofridas pelo mundo do trabalho a partir do contexto de reestruturação produtiva e acumulação flexível (Kuenzer, 2017), ainda nos anos 1970, posteriormente atualizadas em dimensões algorítmicas com a “acumulação primitiva dos dados” (Lippold; Faustino, 2022, p. 1), têm sua relevância acentuada com o advento das tecnologias digitais, as quais também causam impactos sobre o ambiente escolar e, sobremaneira, o trabalho docente. São impactos desastrosos, materializados em um conjunto de mudanças, que têm produzido desemprego, subemprego, sofrimento, adoecimento e, lamentavelmente, mortes, como visto com a perda irreparável de professores(as) nos



Estados, como por exemplo, Paraná e São Paulo. Trata-se de um processo de desmonte que atinge diretamente a essência da educação, ferindo o caráter intelectual e autônomo da docência, com impactos nocivos sobre a formação dos estudantes, denominado de plataformação da educação. Tal fenômeno tem ocupado lugar central na política educacional, via gestão escolar, causando grandes impactos sobre o trabalho docente, que diverge de suas aparentes potencialidades, as quais o capital insiste em enfatizar: acesso à informação, comunicação, facilitação, etc.

O termo ‘Plataformação’ ou ‘sociedade de plataformas’ descreve a forma pela qual a vida humana, suas interações econômicas e sociais são influenciadas por um ecossistema global de plataformas digitais online. Essas plataformas operam com o suporte de algoritmos de IA que utilizam vastos conjuntos de dados (Big Data) para moldar experiências e interações (CGI.br, 2022, p. 18).

Nessa onda de entusiasmo e sedução, as contemporâneas tecnologias digitais, corporificadas em plataformas, redes e inteligências artificiais, apresentam-se no campo educacional como soluções exacerbadamente milagrosas. Porém, começam a se avolumar as publicações que questionam esse juízo, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2023), conforme indica que não há evidências de melhoria da aprendizagem com as tecnologias.

No Peru, quando mais de 1 milhão de laptops foram distribuídos sem serem incorporados à pedagogia, a aprendizagem não melhorou. Nos Estados Unidos, uma análise de mais de 2 milhões de estudantes indicou que as lacunas de aprendizagem aumentaram quando a instrução estava sendo feita de forma exclusivamente remota (Unesco, 2023, p. 7).

As evidências existentes descrevem uma verdadeira regressão pedagógica, sobretudo na formação do pensamento crítico, revelando as expressivas cifras bilionárias investidas por redes estaduais e municipais de ensino em contratos, convênios e parcerias público-privadas com oligopólios (*BigTechs*) e empresas digitais (*EdTechs*). Tais oligopólios e empresas vendem duas “maravilhas” para os gestores: a desintelectualização do(a) professor(a) e a intensificação do controle sobre os(as) docentes, das quais derivam a precarização do trabalho docente e o adoecimento dos(as) professores(as). Para Sousa e Peixoto (2022, p. 65), “a implantação da tecnologia nas escolas está diretamente ligada a esses intentos”.

A ideia de que os artefatos tecnológicos buscam o tempo todo se apresentar à escola como uma inovação educacional para melhorar a aprendizagem não é atual: assim foi com a televisão e o videocassete; assim é com as tecnologias contemporâneas. Entretanto, Neto (2020), em sua crítica, analisa a incorporação de tecnologias no ambiente escolar, sobretudo por seus inevitáveis impactos para o trabalho docente, destacando limitações expressivas em



concepções reducionistas, deterministas e instrumentais, centradas no tecnocentrismo. Para o autor, é necessária uma abordagem epistemológica crítica em torno da tecnologia, com a qual a atividade docente, intencional e sistematizada, tenha o potencial de ressignificar discursos sobre o trabalho do professor a partir da condição político-econômica que as tecnologias assumem.

Como observado por Lima Filho, Tono e Oliveira (2014, p. 21), em termos de incorporação das tecnologias na escola, a partir da capacidade de operacionalidade técnica, “[...] não garante a mudança do trabalho docente em condições de potencializar o aprendizado significativo do aluno”. Para estes autores, o uso mercadológico e operacional das tecnologias não contribui com a aprendizagem. Esse uso precisa ser pensado com vistas à formação humana omnilateral, portanto não apenas relacionado ao uso responsável e ético, mas centrado em uma dimensão crítico-dialética das tecnologias. Nesse sentido, a investigação materialista ajuda-nos a pensar as tecnologias em seus aspectos históricos e sociais, ou seja, como produções essencialmente resultantes da técnica, como produto histórico, em que pesa a satisfação de necessidades de sobrevivência dos humanos.

No plano conjuntural do trabalho docente, tendo em vista o objetivo de resolver problemas educacionais complexos, o discurso sobre as potencialidades das tecnologias tende a propagar a tecnologia, recorrentemente, com entusiasmo, encantamento e valorização excessiva dos aparatos tecnológicos. No âmbito educacional, o fetiche da tecnologia se manifesta na crença de que o artefato tecnológico, por si só, é capaz de transformar práticas pedagógicas e melhorar a qualidade da educação, desconsiderando a premissa de que a tecnologia não é neutra (Lima Filho, 2010), sem esquecer, obviamente, o que se apresenta por trás de toda a maquinaria tecnológica: o interesse em mais-valia (Marx, 2013). Nessa perspectiva dialética, ancorada na crítica à neutralidade e ao caráter fetichizado da tecnologia, compreende-se como fundamental a superação da ideia de uso meramente instrumental da tecnologia, de modo a ultrapassar a dependência tecnológica, para promover, de fato, uma consciência crítica em relação à sua lógica hegemônica (Tono; Lima Filho, 2015).

Para Ferreira (2015), a abordagem crítica das concepções fetichizadas se dá ao longo do processo histórico de humanização dos sujeitos, “[...] o que se traduz na apropriação dos mais elaborados desenvolvimentos do gênero humano, ou, em outras palavras, em um processo de superação da condição de alienação⁵” (Ferreira, 2015, p. 91). Os movimentos

⁵ O termo alienação é utilizado de acordo com o sentido dado por Marx. “Ação pela qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente) (Bottomore, 1988, p. 18-19).



celebratórios e de exaltação da tecnologia, enquanto salvadora, resumem-se para uma configuração de operacionalização ilusória e superficial, sem uma análise histórica e dialética aprofundada, por meio da qual se revelem interesses capitalistas que circundam as tecnologias. Silva (2022, p. 785) reforça essa análise ao afirmar que,

Em uma perspectiva dialética, afirmamos que devemos evitar a celebração da tecnologia educacional como se a mesma fosse, intrinsecamente, instrumento de progresso, sinônimo de superação das dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. Não se trata de demonizá-la, mas de situá-la em contextos históricos específicos.

O desafio é superar elementos que se encontram no campo do idealismo, por exemplo, infraestrutura tecnológica, qualidade e quantidade de artefatos (instrumentos/recursos), disponibilidade ou não de sala informatizada, acesso qualitativo à internet e até mesmo de formação instrumental aos professores para o uso e a apropriação de tecnologias, avançando na discussão sobre condições estruturais que posicionam as fronteiras entre o ser humano e as tecnologias. No que se refere ao conhecimento, o que se coloca em discussão são os impactos da tecnologia na formação humana omnilateral dos indivíduos, tendo-se em vista as limitações implicitamente causadas pela automatização e a notável ausência de fundamentos teóricos críticos para o uso de artefatos tecnológicos (Tono; Lima Filho, 2015; Neto, 2020).

Uma concepção de mundo aos moldes da agenda pós-moderna contribui para que as relações e a formação direcionem-se à homogeneização e ao esvaziamento do conhecimento (Lima Filho, 2010). Isso resulta, de forma inevitável, na desconsideração de uma abordagem histórica e social dos conteúdos para estudantes e confere maior protagonismo à mera operacionalização instrumental das tecnologias (Tono; Lima Filho, 2015). Dutra e Mueller (2024) destacam, em uma perspectiva crítica, que as tecnologias digitais, distantes de promoverem exclusivamente avanços técnicos, também reforçam dinâmicas exclucentes e desiguais, pois as tecnologias digitais ao reproduzirem as estruturas de poder aprofundam as desigualdades sociais no ambiente escolar.

Contextualizando os movimentos da tecnologia no campo educacional, há uma sólida representação, com vários indicativos de fragmentação da formação escolar e de precarização e sucateamento do trabalho docente, como: a implementação de tecnologias sem planejamento pedagógico adequado; o avanço da plataformação na educação; e a substituição de professores por plataformas e inteligências artificiais de toda ordem. As políticas educacionais recentemente aprovadas e implementadas reforçam essas lógicas de atender exclusivamente as demandas do capital, com o discurso de transformação digital da educação, desconsiderando, portanto, os aspectos pedagógicos (Lima; Peroni; Pires, 2024).



Como analisado por Lima, Peroni e Pires (2024), a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC), de 2021, o complemento à BNCC sobre as normas para Computação na Educação Básica, de 2022, a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (ENEC), ambas de 2023, são exemplos de políticas educacionais que emergiram com o discurso salvacionista na educação, mas que na sua essência tem ampliado o processo de privatização da educação por meio das plataformas digitais e, sobretudo, intensificado o trabalho docente. Isto é, prometem garantir o acesso à internet e incentivar o uso pedagógico das tecnologias digitais, mas acentuam a dinâmica mercadológica e tornam o trabalho docente vulnerável aos interesses do capital. Nesse cenário complexo e contraditório, materializa-se “[...] a produção de mercadorias e, assim, requer recursos humanos e materiais o estritamente necessário para garantir a produtividade, num tempo exíguo” (Tono; Lima Filho, 2015, p. 194).

A massificação do discurso sobre a necessidade de tecnologia no campo educacional é também produto de políticas de formação docente, de currículos e de modalidades de ensino que, em sua complexidade, ocultam historicamente os interesses dos empresários e organismos nacionais e internacionais nos negócios gerados pela indústria da parafernália tecnológica. Como contraponto subversivo ao avanço da digitalização no campo educacional, são necessárias críticas recorrentes e teoricamente sólidas, para revelar as relações de domínio e exploração dos sujeitos, que também se estruturam com o desenvolvimento tecnológico (Dagnino, 2010). Alguns autores, de viés idealista, têm apontado que a transformação da educação se dará por meio de políticas públicas que não adotem essa lógica, e sim incentivem o desenvolvimento de conhecimento de natureza humanista. Mas esta é mesmo uma possibilidade?

Nesse sentido, nossa conclusão mais geral é a de que a defesa do uso das tecnologias na educação para o desenvolvimento de uma ‘educação crítica’, ‘humanizadora’, ‘emancipadora’ e diversos outros adjetivos, não encontra respaldo na realidade objetiva. Quem coloca o campo de limites e possibilidades para a atuação e o entendimento de cada dimensão que compõe a vida humana é sempre a totalidade e o trabalho. No caso da sociedade capitalista na qual ainda vivemos, trata-se de uma totalidade social dominada pelo capital e fundada com base no trabalho assalariado e na extração da mais-valia. (Rossi; Rossi, 2018, p. 13).

Em busca da obrigação capitalista de conferir legitimidade à tecnologia, a produção intelectual no campo de educação e tecnologia tem produzido hegemonicamente proposições emergentes e desconectadas da realidade objetiva e histórica para justificar a sua presença no ensino, idealizando a função da educação e delegando ao professor a figuração secundária no processo de ensino-aprendizagem. Há uma evidente e estratégica tentativa de usar o discurso de



inovação dos tecnocratas como meio para se consolidar no campo educacional, tendo o Estado como cúmplice e trazendo impactos devastadores para a formação humana. É um discurso potencializado por mercantilistas, principalmente nas empresas privadas que tratam a Educação como capital economicamente explorável e rentável para obtenção de lucros, em detrimento à aprendizagem, ao conhecimento e ao pensamento crítico (Soares; Soares, 2018). Segundo Sousa e Peixoto (2022), a relevância dada à implantação e ao desenvolvimento da tecnologia na educação revela conformação aos interesses do capital, ao passo que o interesse do empresariado na educação indica a importância da educação para o avanço socioeconômico.

O que se constata é um cenário genuinamente preocupante, justamente, porque a pressão mercadológica se materializa para a necessidade primária de adaptar os indivíduos instantaneamente às tecnologias, ao gosto da lógica utilitarista, pragmatista e facilitadora, com vistas a evitar que se tornem obsoletos, ultrapassados. No contexto do trabalho docente, o fenômeno de imposição das tecnologias à educação representa uma oposição à ideia de formação humana omnilateral, na qual o pensamento crítico em torno das forças produtivas e relações sociais de produção deve ser priorizado, problematizado e contextualizado. Como apontado por Seki (2024, p. 329-330), paradoxalmente, o discurso de necessidade tecnológica no campo educacional tende a se sustentar em fundamentos frágeis, a se revestir de uma aparência de neutralidade e a figurar como solução para os problemas crônicos da educação:

Isto não apenas expõe o risco potencial de que as soluções sejam absolutamente ineficazes, como ao perigo de que o sentido social da educação escolar se modifique sem a reflexão e o debate público sobre as orientações embutidas nos diversos dispositivos, aparelhos, programas e plataformas tecnológicos trazidos ao campo educativo.

Sobre a plataformação em si, minimamente, nossas pesquisas têm revelado três dimensões que merecem atenção: a desintelectualização, a intensificação e a precarização do trabalho docente. Na primeira, a docência tem se reduzido à aplicação de conteúdos pré-formatados, com plataformas que oferecem materiais prontos sem espaço para a intelectualidade pedagógica e reduzindo o(a) professor(a) a mero(a) aplicador(a) (de *slides*, da Base Nacional Comum Curricular, de plataformas em geral). Na segunda, as plataformas invadiram os espaços educacionais, via gestão, para monitorar as ações dos professores, sobrecarregar o trabalho burocrático e esvaziar o trabalho educativo, além de vigiar o que é aprendido, o tempo de conexão e, como se não bastasse, sequestrar os dados como mercadorias algorítmicas a serem financeirizadas pelos capitalistas. Essas plataformas adentram a escola a partir de alianças com o setor privado, que articulam programas educacionais, conteúdos pedagógicos, com o engodo da inovação e da visão tecnosolucionista (Lima; Peroni; Revista Educação e Políticas em Debate – v. 15, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2026



Pires, 2024). Na terceira dimensão, a precarização docente é potencializada com metas e avaliações inalcançáveis, desvalorização docente, rebaixamento das condições de trabalho, sequestro das subjetividades dos professores e, ainda, adoecimento e sofrimento psíquico.

Esta última dimensão vem sendo objeto de um conjunto de pesquisas, que buscam denunciar a ansiedade, a depressão, os pedidos de afastamento e, agora, tragicamente, os casos de morte. A violência com que a política da plataformização tem adentrado nas redes gera impactos desumanos. O discurso da inovação tecnológica tem desqualificado a profissão docente e comprometido a educação pública a passos largos, ao ponto de se cogitar um apagão da intelectualização docente nos próximos anos. A desintelectualização de professores é um movimento que busca modelar um novo perfil de professor, competente tecnicamente e inofensivo politicamente (Shiroma, 2003). A construção desse perfil ganha forças com o fenômeno da plataformização que contribui ao reforçar a narrativa das tecnologias num paradigma salvacionista de educação condicionando o professor a coadjuvante do processo de ensino e aprendizagem. A mercantilização da educação, pautada em metas, eficiência, avaliação e resultados, retira a autonomia desse profissional, transformando-o num reproduutor de práticas em prol do capital.

É urgente compreender de modo crítico o projeto político subjacente à plataformização, que coloca a docência, a escola, o currículo e a formação em condição de submissão técnica. É hora de se apropriar da crítica da tecnologia, para fazer a crítica ao capital e aos seus devaneios.

Impactos da tecnologia no trabalho docente

Para entender a plataformização no contexto da Educação, é preciso compreender que não se trata de uma inovação, embora venha ganhando cada vez mais espaço nas diferentes instâncias sociais. Berriño-Zapata, Rodrigues e Gomes (2019, p. 20) argumentam enfaticamente que “a história das plataformas inicia com a chegada da internet na década de 1990. Os Sistemas de Informação (SI) rodavam em redes ONE e desktops, caracterizados por uma arquitetura fechada e modularizada”. No entanto, são recentes os estudos sobre o fenômeno da plataformização, também chamada de Capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2021), Sociedade da Plataforma (Van Dijck, 2013) ou ainda Plataformização do trabalho (Grohmann, 2020), e dos efeitos que esta vem impactando para a humanidade, sobretudo com a pandemia, durante a qual se abriu uma “janela de oportunidades para a expansão de novos nichos de mercado” (Barbosa; Alves, 2023, p. 1). Embora, diferentes, todos esses termos estão



relacionados ao mesmo fenômeno que é a transformação digital que se desenvolve numa escala global e dialogam com a aceleração dos avanços tecnocientíficos do capitalismo, sobretudo na educação (Saura *et al.*, 2024).

Plataformas como *Google*, *Amazon*, de *streaming* (*Netflix*, *HBO*, *Globoplay* etc.), de *delivery* de alimentação, como o aplicativo do *iFood*, e de locomoção, como a *Uber*, são parte do cotidiano diário da grande maioria dos usuários da *internet*. Por isso, é preciso estar atento às relações entre trabalho, sociedade e tecnologia diante desse fenômeno. As discussões e as polêmicas em volta da temática são recorrentes, principalmente no que concerne às suas consequências para o mundo do trabalho (exploração, precarização, controle, autonomia, expropriação, etc.), que, por vezes, ficam restritas aos especialistas, quando na verdade interessam e impactam a vida de todos nós.

O resultado negativo não é inerente ao trabalho nas plataformas, e é possível reconfigurar essa forma de trabalho, melhorando as condições para os trabalhadores (Berg *et al.*, 2018). Grohmann (2020) apresenta os três principais movimentos de construção de alternativas ao trabalho mediado por plataformas no cenário contemporâneo: a) a regulação do trabalho nas plataformas digitais; b) a organização coletiva dos trabalhadores; e c) a construção de outras lógicas de organização do trabalho, como o cooperativismo de plataforma. Essas seriam tentativas de reduzir os danos causados pelo capitalismo de plataforma aos trabalhadores. No contexto educacional, essas tentativas podem se dar por meio da organização coletiva enquanto categoria, via sindicatos e associações, como forma de resistência à exploração e expropriação do trabalho docente, bem como pela utilização de plataformas públicas cujos interesses estejam associados a classe trabalhadora. Toda essa expansão das plataformas na sociedade mundial, em diferentes campos, e a compreensão de seu conceito de maneira acrítica, superficial e tangencial chegam também ao campo educacional. A escola não está afastada dessa mudanças no panorama mundial e cabe a ela (con)formar essa nova classe trabalhadora (Previtali; Fagiani, 2020).

No que tange à educação, as discussões sobre o uso das tecnologias, especialmente a plataformização do trabalho docente que vem ocorrendo nos últimos anos, englobam desde a perda da autonomia até a sobrecarga gerada pelo trabalho ininterrupto, já que “[...] o teletrabalho pode ser feito total ou parcialmente a distância, em qualquer lugar, desde que haja um computador ou celular e conexão à internet” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 217-218). Com a vinda de aplicativos como o *WhatsApp*, ficou ainda mais difícil para os professores separar os momentos de descanso e de trabalho. Em sua análise, Laureano (2024, p. 49) apresenta pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) que evidencia:



A perda de direitos é outro ponto preocupante. O horário de trabalho é intensificado e estendido e mistura-se à vida pública com a vida privada, pois o teletrabalho invade os celulares, computadores e Internet pessoais dos professores. Durante esse período de adaptação e acomodação, o “novo normal” se apresentou com a perspectiva de retorno às aulas com uso do ensino híbrido.

A cobrança por respostas rápidas faz com que muitos se vejam obrigados a responder famílias e outros profissionais mesmo fora do horário de trabalho. “A tecnologia é somente um dos fatores que ampliam o controle do processo pedagógico e precarizam as condições de formação e atuação docente” (Sousa; Peixoto, 2022, p. 68). A entrada desses sistemas digitalizados começou a fazer parte do trabalho docente antes mesmo da pandemia de Covid-19.⁶ Todavia, o período de seu enfrentamento foi fundamental para a eclosão da plataformaização e para o uso dos artefatos tecnológicos, como forma de dar continuidade ao trabalho pedagógico nas escolas. “No cenário de crise, agravado pela pandemia, observamos a aceleração da implementação de plataformas e serviços proprietários, de grandes empresas comerciais de *software*, por meio de contratos ou adesões com limitada transparência” (Pretto *et al.*, 2021, p. 224).

A precarização do trabalho pedagógico se aprofunda e agudiza em meio à coleta exacerbada de dados e com o abismo da desigualdade social e tecnológica, a qual impediu que estudantes tivessem acesso à *internet* e aos artefatos tecnológicos. Em 2020, na rede pública, aproximadamente 26% dos alunos que estavam tendo aulas *online* não possuíam acesso à internet (Chagas, 2020). Tanto por meio dos sistemas de gestão escolar, que automatizam, gerenciam e controlam a realização de matrículas, rematrículas, transferências e a vida escolar do estudante, quanto pelas plataformas criadas por grandes empresas, que prometem facilitar a vida dos(as) professores(as), os dados dos usuários são capturados e ficam à mercê das *BigTechs*. De posse dessas informações, as empresas utilizam-se das chamadas inovações em educação e oferecem práticas, métodos, tecnologias e/ou abordagens a fim de atenderem a um amplo conjunto de necessidades e afazeres dos(as) professores(as).

A plataformaização, “[...] cuja utilização pelos usuários produz valiosos dados, sendo alvo de coleta, processamento e disseminação de informações pelas empresas proprietárias” (Rodrigues, 2020, p. 9-10), pode acarretar outros riscos à educação. A sobrecarga de trabalho, a competitividade, o controle físico e mental dos(as) professores(as), a performatividade, o desrespeito à autonomia docente e a formação rasa são alguns deles

⁶“Desde a década de 1980, alguns grupos de pesquisa discutem a relação entre educação, comunicação e tecnologias por meio de acompanhamento de projetos e políticas públicas para incorporação das tecnologias e das mídias nas escolas e nas práticas pedagógicas no Brasil” (Pretto *et al.*, 2021, p. 223).



(Sena, 2024). Não temos o intuito de explorar detalhadamente cada um dos riscos aqui citados, todavia alguns serão explicitados, principalmente os que se relacionam à carga horária, à autonomia e ao controle sobre o trabalho docente.

No que condiz à sobrecarga docente, a incorporação de plataformas requer mais tempo de trabalho por parte dos(as) professores(as), excedendo a jornada diária e fazendo com que utilizem seu tempo de descanso devido à ampliação e intensificação da quantidade de tarefas. As demandas docentes não se restringem mais à sala de aula, pois são ampliadas a partir do momento em que precisam, por meio dessas plataformas, manter o fluxo de interação e informação com as famílias e, por vezes, com direção e colegas (Bortolazzo; Feijó, 2024). O fluxo contínuo e ininterrupto de trabalho compromete tanto a saúde física como a mental dos profissionais, devido à exaustão e à exigência de estarem sempre disponíveis. “O auge dessa tendência pode ser encontrado nas ‘escolas *online*’ onde um docente chega a atender via *chat* trezentos alunos, ampliando em até dez vezes a relação de um professor para trinta alunos em uma sala de aula normal” (Freitas, 2018, p. 109).

Outra grande preocupação é a redução de autonomia que esses artefatos provocam. Um número significativo de plataformas possui aulas prontas, modelos de avaliação e até *slides* de apresentação pré-elaborados. Infelizmente, muitos docentes, de forma ingênuas, acreditam no engodo da facilitação das atividades e, sem perceber, tornam-se parte de um projeto neoliberal, que culmina com a aplicação de avaliações externas. Freitas (2013) afirma que os testes têm espaço no âmbito educacional, o grande problema é que foram tomados pelo mercado. A realização dos testes/provas externas se constitui em uma forma de controle do trabalho dos(as) professores(as) e diminui a autonomia docente, pois todo o processo de ensino e aprendizagem parece estar voltado às avaliações de larga escala (Sousa; Peixoto, 2022), mas estas não são as únicas formas de controle.

Para Freitas (2018), o fenômeno da platformização seria a nova face do neotecnismo, que se prepara para se apresentar como plataformas de aprendizagem *online* e personalizadas, em um processo que desapropria o trabalho vivo do magistério e o transpõe como trabalho morto no interior das plataformas. A utilização das plataformas pelos docentes facilita o controle por parte dessas empresas (do capital) sobre o que se trabalha em sala de aula e os planejamentos propostos, pois, “[...] por meio das plataformas, as atividades e o comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras são minuciosamente monitorados e avaliados, e amplia-se o pagamento vinculado exclusivamente à produtividade, não ao tempo de trabalho” (Gonsales, 2020, p. 126).

Esses artefatos também induzem ao uso de planejamentos propostos por políticas neotecnistas e instrumentais, a partir do momento em que as escolas se



rendem aos materiais didáticos e às aulas prontas. “Como trabalhador desqualificado e mais dependente de tecnologia, o magistério é mais descartável e torna-se um apêndice das plataformas interativas” (Freitas, 2018, p. 108-109). Cabe-nos ressaltar que a plataformaização traz grandes riscos ao trabalho docente, como a retirada de autonomia, o controle, a exploração e a expropriação dos direitos trabalhistas. O que se presencia, nessa era de Indústria 4.0, é “[...] um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital, que, nos tempos atuais, vem atingindo também os trabalhadores e trabalhadoras com formação em nível superior, como os professores da educação básica” (Previtali; Fagiani, 2020, p. 235).

Em oposição às abordagens reducionistas, que oscilam entre os discursos de repúdio absoluto ou de idealização ingênuas das tecnologias, Gonzalez (2024) chama atenção para os limites de perspectivas polarizadas e aponta a necessidade de análise das mediações ideológicas do capitalismo: refuta-se tanto a tecnofobia, em que as tecnologias são rejeitas e concebidas como de toda ruim, quanto a tecnofilia, que enxerga a tecnologia como uma panaceia milagrosa. Faz-se necessário compreender que o uso da tecnologia na educação atende aos interesses do capital, e, consequentemente, o pensamento neoliberalista submete a formação e o trabalho docente à lógica mercantilista, fazendo o professor figurar como um mero executor. Segundo Sousa e Peixoto (2022), o crescimento da educação a distância é prova do atendimento às intenções burguesas. A ampliação de uma formação à distância, aligeirada, superficial e, em sua maioria, privada, faz parte da estratégia para fragilizar a formação docente e, por conseguinte, a formação dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Assim, podemos concluir que a formação docente não está atrelada aos interesses de professores e estudantes, mas sim à manutenção do sistema vigente.

Cabe-nos buscar a superação do olhar ingênuo em prol de uma consciência crítica e de resistência no que condiz aos artefatos tecnológicos, que invadem as escolas com a falsa promessa de salvação, quando, na verdade, de forma instrumental e determinística, apenas condicionam e controlam o trabalho docente, retirando dos(as) professores(as) o protagonismo e a autonomia. Para além da vigilância e expropriação dos direitos docentes, os impactos afetam diretamente a saúde dos trabalhadores da educação. A sobrecarga de trabalho e a pressão para atingir metas têm contribuído de forma significativa com o adoecimento e as recentes mortes de docentes em horário de trabalho. Quando não adoecem ou matam, no mínimo sequestram subjetividades, para contemplar ainda mais o atual estado de coisas capitalistas.



Considerações finais

O objetivo deste estudo foi apresentar um panorama, na concepção crítico-dialética, da platformização no campo educacional e seus impactos para o trabalho em um viés mercadológico, afeito aos interesses do capital. A partir de uma abordagem teórico-conceitual fundamentada nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético, constatou-se que a platformização é um fenômeno que se intensificou com a ascensão das políticas neoliberais e a expansão das *BigTechs*, afetando diretamente o campo educacional. Configura-se, portanto, como um processo que aprofunda substancialmente a mercantilização da educação e a subordinação da escola à lógica do capital.

No que se refere aos impactos da platformização no campo educacional, foi possível constatar o aprofundamento da precarização do trabalho docente, materializada na sobrecarga do professor, no trabalho ininterrupto e na constante perda de autonomia. Além disso, observou-se que, a partir da perspectiva de totalidade da sociedade, as desigualdades sociais e tecnológicas se acentuam em meio às precárias condições de acesso e uso das tecnologias. Contradicitoriamente, a inovação e a modernização tecnológica são discursos que ocultam os interesses mercadológicos de manutenção da sociedade capitalista.

O discurso do advento da platformização na educação, sob o signo da facilitação e redução do trabalho, é desconstruído e mostra-se até mesmo contraditório, tendo-se em vista que o resultado desse fenômeno é a ampliação e a intensificação da jornada dos professores, que se tornam reféns das plataformas. O adoecimento, as mortes recentes e o sequestro de subjetividades docentes reforçam que o compromisso político da platformização é com os interesses da classe burguesa, visando ao lucro, a fim de transformar a escola em empresa e, consequentemente, precarizar o trabalho docente.

É preciso inverter essa lógica. Não precisamos agir como os ludistas e destruir as máquinas, em uma concepção tecnofóbica, todavia o uso que se faz das tecnologias precisa estar a favor da classe trabalhadora. Ressaltamos a extrema importância do movimento coletivo dos trabalhadores da educação, por meio dos sindicatos, como forma de luta e resistência. O movimento de resistência é condição substancial para enfrentar a precarização crescente imposta pelo capital e lutar contra a submissão da educação à lógica mercadológica.



Referências

- BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619/43301>. Acesso em: 1 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61619>.
- BERG, J.; FURRER, M; HARMON, E.; RANI, U.; SILBERMAN, M S. *As plataformas digitais e o futuro do trabalho: promover o trabalho digno no mundo digital*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2018.
- BERRÍO-ZAPATA, C.; RODRIGUES, A. C. da P.; GOMES, L. R. G. Plataformas, Plataformização e Ecossistemas de Software nas bases de dados acadêmicas: aspectos conceituais. *ISKO Brasil*, Curitiba, v. 6, p. 361-371, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125315>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BORTOLAZZO, S. F.; FEIJÓ, R. M. de O. O neoliberalismo e plataformização da sociedade: Uma análise sobre o trabalho ininterrupto e suas implicações na profissão docente. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 124-143, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/942>. Acesso em: 3 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.59616/cehd.v1i4.942>.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. 2. ed. Ed. Zahar, 1988.
- CHAGAS, E. DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. *Agência Senado*, Brasília, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>. Acesso em: 20 mar. 2025
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). *Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados* [livro eletrônico]: problemas e conceitos / [editor] Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, SP: 2022.
- DAGNINO, R. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: DAGNINO, R. (org.). *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*, 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010. p. 175-220.
- DUTRA, P.; MUELLER, R. R. O conceito de tecnologia e seus limites: análise das tecnologias digitais da informação e da comunicação na educação. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 22, n. 48, p. 1-14, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonenecessario/article/view/62263>. Acesso em: 2 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/trn.v22i48.62263>.
- FERREIRA, B. de J. P. Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação: avanço no processo de humanização ou fenômeno de alienação? *Germinál: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 89-99, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12434>. Acesso em: 20 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v7i1.12434>.



FREITAS, L. C. de. *A Reforma Empresarial da Educação: a nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

FREITAS, L. C. de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnismo? In: PINO, I. R.; ZAN, D. D. P. e (org.). *Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos*. Brasília, DF: Inep, 2013. p. 47-84.

GONSALES, M. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 125-137.

GONZALEZ, J. A. Revolução tecnológica, direito à tecnologia e formação do cidadão virtual: reflexões sobre a sociabilidade capitalista. *Temporalis*, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 239-252, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/46163>. Acesso em: 30 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n48p239-252>.

GROHMAN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 93-109.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do Regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun., 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 30 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>.

LAUREANO, R. C. V. *Os efeitos da precarização, intensificação e controle do trabalho docente no Ensino Fundamental do Município de Florianópolis no período da Pandemia (2020-2022)*. 2024. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

LIMA FILHO, D. L. A “Era Tecnológica” entre a realidade e a fantasia: reflexões a partir dos conceitos de Trabalho, Educação e Tecnologia em Marx. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 83-92, ago. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639752/7317>. Acesso em: 2 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v10i38e.8639752>.

LIMA FILHO, D. L.; TONO, C. P.; OLIVEIRA, R. G. de. *Tecnologia, trabalho docente e educação*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LIMA, P. V. de.; PERONI, V. M. V.; PIRES, D. de O. Novas tecnologias, velhas propostas: soluções educacionais privadas do analógico ao digital. *Revista Trabalho Necessário*, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 01-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonnecessario/article/view/62246>. Acesso em: 22 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62246>.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados, *Germinak: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 56-78, ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminak/article/view/49760>. Acesso em: 30 mar. 2025. DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49760>.



MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETO, A. S. *Escola, currículo e tecnologias: desafios da integração pedagógica*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 154 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: *Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem?* Paris: Unesco, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por. Acesso em: 20 mar. 2025.

PRETTO, N. de L.; AMIEL, T.; BONILLA, M. H. S.; LAPA, A. Plataformização da educação em tempos de pandemia. In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). *Educação e Tecnologias Digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de Covid-19*. São Paulo: CGI.br, 2021. p. 221-250. Disponível em: <https://ctic.br/pt/publicacao/educacao-e-tecnologias-digitais-desafios-e-estrategias-para-a-continuidade-da-aprendizagem-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 29 dez. 2024.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho Digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217-235.

RODRIGUES, E. S. J. Estudos de plataforma: dimensões e problemas do fenômeno no campo da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 26, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28150/26866>. Acesso em: 2 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.28150>.

ROSSI, A. C. S.; ROSSI, R. Tecnologia e educação na sociedade capitalista. *Crítica Educativa*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 3-15, 2018. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/281>. Acesso em: 5 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22476/revcted.v4i1.281>.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico- Crítica: primeiras aproximações*. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SAURA, G.; ADRIÃO, T.; ARGUELHO, M. Reforma Educativa Digital: agendas tecnoeducativas, redes políticas de governança e financeirização Edtech. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 45, e286486, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WpSyzrHPBnN5xcXnwrgS7bH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.286486>.

SEKI, A. K. Entre bytes e debates: reflexões sobre as tecnologias educacionais à contraluz do maravilhamento. In: VENCO, S. (org.). *Trabalho e educação: uma década de reflexões desafiando o abismo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 325-346.

SENA, I. P. F. de S. Atravessamentos tecnológicos, ética e a educação na sociedade do capital. In: LIMA, Á. de M.; FRANÇA, C. F. de S.; OLIVEIRA FILHO, J. C. A. de; ALMEIDA, L. F. de S. (org.). *A ideologia do capital e a mercantilização da educação no contexto neoliberal*. Senhor do Bonfim, BA: Nota Terra, 2024. v. 6, p. 188-258. (Coletânea de diálogos críticos).



SHIROMA, E. O. Política de profissionalização: aprimoramento ou desintelectualização do professor? *Intermeio: revista do Mestrado em Educação*, Campo Grande, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

SILVA, W. A. Trabalho educativo, tecnologias educacionais e formação humana. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. esp.1, p. 781-794, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15880>. Acesso em: 3 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.1.15880>.

SOARES, G. H. M.; SOARES, F. M. Educação, trabalho e as novas tecnologias no contexto da reestruturação produtiva: a inserção dos processos tecnológicos na educação escolar. *Revista Práxis Pedagógica*, v. 1, n. 1, p. 116-131, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/2981>. Acesso em: 30 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.69568/2237-5406.2018v1n1e2981>.

SOUZA, D. R. de; PEIXOTO, J. Desenvolvimento tecnológico e precarização do trabalho docente. In: LIBÂNEO, J. C.; ROSA, S. V. L.; ECHALAR, A. D. L. F.; SUANNO, M. V. R. (org.). *Didática e formação de professores: embates com as políticas curriculares neoliberais*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 38-46. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe2_ebook/artigo_06.html. Acesso em: 9 jul. 2025.

SOUZA, A. G.; EVANGELISTA, O. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. *Contrapoder*, [S. l.], 15 abr. 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

TONO, C. C. P.; LIMA FILHO, D. L. Trabalho docente e tecnologias de informação e comunicação. *Revista Educativa - Revista de Educação*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 189-208, 2015. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4267>. Acesso em: 1 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18224/educ.v18i1.4267>.

VAN DIJCK, J. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.